

SENTIDO DO ATLÂNTICO EM JOÃO DE BARROS*

Angela Bonifácio Vitor

É no mar da Figueira da Foz, que no século XVIII acolhera os brasileiros em geral e, em particular, os estudantes maranhenses que vinham frequentar a Universidade de Coimbra, que parece encontrar-se uma das chaves do ideário do ilustre figueirense João de Barros.

Não era grande a distância entre a antiga Rua da Lomba¹ onde nasceu, e o pequeno mas vivo porto de mar. Aí, com as fainas da lavra marítima, da salga à lota, aprendeu o significado do esforço do homem. À imagem das largadas ia-se juntando a do destino marítimo inevitável, ao qual se associava a rebentação, num convite à descoberta de novas terras. Da harmonia tentadora das ondas nascia o *leve desejo do mundo*.² João de Barros aprendeu a amar o Mar e a dele extrair a sua permanente força de renovação.³ Tal motivo assumirá inúmeros valores ao longo da sua vida; uma vida que procurará um *Sentido do Atlântico*,⁴ esse *mare nostrum*, núcleo de destinos comuns.⁵

No intuito de promover a aproximação entre Portugal e o Brasil, João de Barros seguiu aquele que, entre nós, considerou de facto precursor, Consiglieri Pedroso, quando em Novembro de 1909, num discurso na Sociedade de Geografia, propôs a criação de uma Comissão e de um Acordo luso-brasileiros.⁶

Foi também nesse mesmo ano que, em Lisboa, se tornou amigo de Paulo Barreto e deste recebeu o primeiro convite para visitar o Brasil, país que há muito figurava no seu interesse e simpatia. Desde criança,

João de Barros viveu em contacto com diversos aspectos da realidade brasileira; um contacto longínquo mas fortificado pela sua curiosidade e admiração que gradualmente o levaram a insurgir-se contra a ideia puramente mercantil que se espalhava sobre o Brasil.⁷

Acrescente-se a estes aspectos a influência natural do meio familiar. Seu pai, Afonso Ernesto de Barros, eminente poeta de ideais liberais e, na Figueira da Foz, líder do Partido Regenerador (distinguido em virtude da sua acção benemérita por D. Luís, com o título de visconde da Marinha Grande) que exerceu durante largo tempo funções de vice-cônsul do Brasil.

Juntou-se a este o facto de manter, desde cedo, relações epistolares e de amizade com a maior parte dos escritores do património nacional. A natureza do seu perfil intelectual e cívico, os ideais nacionalista e republicano levaram a que a sua sensibilidade encontrasse também eco na sociedade e na literatura brasileiras.⁸ Estavam assim reunidas as condições para um contributo pessoal único na aproximação luso-brasileira, que viria a acompanhar durante mais de meio século.

O Brasil que João de Barros encontrou em 1912, na primeira das cinco viagens que aí realizou, foi um país onde se proclamavam os ideais republicanos, que não se concretizariam no decorrer da Primeira República mas que levariam à revolução de 30, que seria a grande responsável pelas transformações educacionais.⁹ A educação elitista viu-se, contudo, ainda durante a Primeira República, confrontada com cinco revoluções, a terceira das quais em 1911.

Em 1912, João de Barros deparou, por isso, com uma nação cujos princípios educacionais eram intensamente discutidos e onde o grande dinamismo republicano era evidente, mesmo nas pequenas capitais de província, que seguindo o exemplo da Capital Federal construíam novos edifícios e abriam largas avenidas.¹⁰

Daqui nascia a ideia da *energia brasileira*. João de Barros viu no Brasil o ideal com que sempre sonhara, “o país da permanente vitória sobre o mundo.”¹¹ Daí, ter sentido a necessidade de mostrar em Portugal como era o Brasil real,¹² já que, como escreveria mais tarde, ao provir de seiva lusa, essa realidade deveria constituir motivo de orgulho para os portugueses. Para além desse facto considerava que só o *entendimento* com o Brasil nos poderia dar “predomínio económico sobre o Atlântico – mare nostrum – caminho (...) da nossa possível expansão (e acrescentava que era necessário que esse dia não demorasse muito, já que corremos o risco de não nos deixarem ocupar o lugar que nos pertence na amizade do Brasil).”¹³

O entusiasmo de João de Barros pelo Brasil foi inicialmente recebido com cepticismo.¹⁴ Igualmente com reservas foi entendida a sua conferência

A energia brasileira, em Novembro de 1912, na qual transmitiu as impressões da sua primeira viagem ao Brasil.

Poucos aceitaram então, cá como lá, que não se tratava de mais um português procurando a *árvore das patacas*.¹⁵ Nas suas palavras,

(...) poucos acreditaram que eu ia apenas observar o progresso do Brasil, que ia apenas significar aos seus intelectuais que os escritores da minha terra e, sobretudo, os da minha geração compreendiam a necessidade de se aproximarem deles, de confraternizarem a valer, de fazerem cada vez mais do Brasil a mesma Pátria artística, espiritual e moral... A mesma Pátria, disse, e não o mesmo mercado (...) As pessoas a quem eu comuniquei estas intenções olhavam-me incredulamente. Então eu nem levava um livrinho para vender? Nem uma assinaturazinha de jornal ou revista para impingir? Horror! Francamente, clamavam, não vale a pena fazer uma viagem tão demorada para não obter nenhuma compensação!...¹⁶

Enganavam-se esses *velhos do Restelo* de além-mar. A compensação iria surgir da divulgação cultural e da reflexão sobre aspectos de interesse comum.¹⁷ É o caso da reflexão acerca da *necessidade de preservação da Língua Portuguesa*, cuja essência vernácula interessava manter, tanto a Portugal como ao Brasil. A língua é o elemento unificador e de conservação de um passado e tradição comuns. Importava pois reflectir sobre a oportunidade de um acordo ortográfico. O culto de uma mesma língua é um instrumento privilegiado de aproximação cultural que devidamente analisado poderia ser melhor aproveitado, até porque como Olavo Bilac lembraria “a Pátria é o idioma criado e herdado pelo povo. Um povo só começa a perder a sua independência, a sua dignidade, a sua existência autónoma, quando começa a perder o amor do idioma natal.”¹⁸ Todas estas questões só ganhariam em ser orientadas numa *direcção atlântica*. Tal pressupunha que o Brasil fosse considerado não como um filho de Portugal e por isso seu seguidor, mas como um país irmão “irmão querido, respeitado e amado nas suas semelhanças e nas suas diferenciações, nas suas divergências e nas suas parecenças.”¹⁹ Essa afinidade advinha do facto de que “nenhum irremediável desentendimento existe que os não aproxime na sua marcha para o futuro, na sua estreita e íntima comunhão de princípios e de atitudes psicológicas e morais.”²⁰

No plano educacional, de S. Paulo, na sua primeira viagem, João de Barros recolheu a imagem de um ensino perfeitamente organizado, salientando a contribuição do Estado que consagrava ao sector um quinto

do seu orçamento.²¹ Causou-lhe particular admiração a actuação do Director da Escola Normal, o pedagogo Óscar Thompson, pela preocupação constante que evidenciava com o aperfeiçoamento pedagógico. O elogio a Thompson estende-se à dedicação que encontrou em todos os professores. A Escola Normal, que classificou como *alma mater*, foi por si considerada como um exemplo a seguir em qualquer parte do mundo. Nos grupos escolares do Carmo e do Brás constatou a importância do ensino enquanto componente da educação integral do aluno.²² O *Anuário de Ensino em S. Paulo*, ao possibilitar uma reflexão sobre as condições de ensino, foi também referido como um exemplo prático a seguir. A rápida adaptação às, então recentes, descobertas pedagógicas, sobretudo as vindas dos Estados Unidos da América do Norte foi igualmente motivo de elogio. João de Barros concluía que, em S. Paulo, todos os governantes já compreendiam que era necessário organizar o ensino de modo a fazer-lhe “produzir o máximo do seu desenvolvimento social.”²³ Daí, também, o rápido incremento do ensino profissional²⁴ – recorde-se que, no Brasil, este ensino fora totalmente marginalizado no período do Império (1822-1889), reduzindo-se a cento e seis o número de alunos nele inscritos em 1864 – e o desenvolvimento do ensino superior, particularmente o técnico, devido à necessidade crescente de mais engenheiros, construtores e arquitectos.

O ensino profissional que João de Barros viu no Brasil surgiu-lhe como um agente de aperfeiçoamento social. Tal facto, ao encontrar eco em ideais que já em 1911 defendera em *A nacionalização do ensino*, levou a um reforço das suas convicções, não apenas de *educador* republicano, mas de reformador do sistema de ensino. Em *Educação e democracia* realçaria a acção dos portugueses Marques Leitão, João Vaz e, especialmente, Tomás Bordalo Pinheiro. Este último, cuja actuação resoluta presenciara no Brasil, mas que em Portugal estava condicionado por uma falta de visão global da questão, bem como, pelos problemas económicos do país. João de Barros, defensor de um ensino de carácter profissional desde o nível primário, o que, no seu entender, melhor conferia preparação rápida para a vida ou, pelo menos, ensinava a adquiri-la, destacou também quanto ao ensino superior, a importância da fundação em Lisboa do Instituto Superior Técnico que, tal como os seus congéneres brasileiros, procurava, sob a direcção de Alfredo Bensaúde, formar engenheiros sem esquecer os objectivos profissionais reais. À semelhança do que vira exemplificado no Brasil, João de Barros via no ensino profissional um contributo maior para a democratização do país, já que, no seu entender, ele permitia a consciência da participação real no trabalho, conferindo progresso à nação e, conseqüentemente, ordem e estabilidade.²⁵ Daí, ter

considerado que é esse *patriotismo* da educação profissional que a torna particularmente indicada para orientar o ensino, em especial nos países meridionais.

A esta visão, João de Barros acrescentou a do culto da nacionalidade, também particularmente constatado na sociedade de S. Paulo. Esse espírito patriótico aliado, quer à procura de novos métodos educacionais, quer à preocupação com as gerações mais novas, especialmente nos aspectos moral e físico, levou a que também por essa via a Escola e o Ensino no Brasil, ao encontrarem repercussão na ideologia do republicanismo, fossem ao encontro das concepções pedagógicas de João de Barros e, por isso, lhe despertassem o maior interesse e a mais profunda adesão. Lembre-se que João de Barros preconizou uma educação cívica, cujo objectivo primordial era formar uma *consciência colectiva*, na qual o aluno devia ser, desde o início da sua instrução, preparado para tornar-se um *cidadão novo*, capaz de conhecer e traçar o seu próprio caminho. É a ideia de uma educação que, preparando *mens sana in corpore sano*, desde o primário ao profissional, desenvolveria no homem as características necessárias ao *futuro cidadão*. Este tema do homem regenerado pela educação, que já tinha constituído o fulcro da filosofia das luzes e esteve presente nos projectos educativos da Revolução Francesa, foi particularmente grato a João de Barros e transparece no seu conceito de *aprendizagem de liberdade* que retirou da situação brasileira da época.

Para João de Barros, a aproximação entre esse país em franco desenvolvimento e Portugal deveria também passar de forma privilegiada pela confraternização intelectual. Daí o lugar de destaque que atribuiu à Literatura na aproximação das duas nações, no seu entender “pela literatura estabelece-se sempre um contacto de almas, de mais seguros efeitos e de mais duradoura influência que certas ligações económicas, industriais ou comerciais.”²⁶

Entende-se por isso o seu empenho na criação da revista *Atlântida* que fundou a 15 de Novembro de 1915, em colaboração com Paulo Barreto, que não seria possível sem a existência anterior da *Portugália*, por este escrita e organizada. A *Atlântida*, de que se viriam a publicar quarenta e oito números, pelo seu teor literário, artístico e social, para o Brasil e Portugal, merece ser incluída no acervo da “Campanha Atlântica”. Atendendo ao facto de que se procurava ligar os destinos de Portugal e do Brasil, não podia o autor ter escolhido melhor título para o seu mensário. Dizia-se da lendária Atlântida que ligava o velho ao novo mundo, procurava-se então que o *mare nostrum* unisse as duas nações irmãs. O incremento das relações luso-brasileiras, principal objectivo da criação desta revista, manteve-se presente durante os cinco anos da sua existência.

O subtítulo “Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil” revela a importância conferida às Letras e às Artes, nas quais a Poesia tem particular destaque, dada a colaboração de diversos poetas, com trabalhos, por vezes inéditos, como é o caso de António Patrício. A *Atlântida*, através da visão dos seus inúmeros colaboradores, continua a privilegiar uma análise das principais linhas de aproximação entre Portugal e o Brasil, em interdependência, com a feição literária que revestiu.

Na defesa de uma comunidade intelectual luso-brasileira, João de Barros punha Olavo Bilac ao lado de Guerra Junqueiro, Machado de Assis e Coelho Neto a par de Eça de Queirós e sempre que fazia incursões através dos pensadores de além-Atlântico como nos casos de Olavo Bilac, Euclides da Cunha, João do Rio (pseudónimo de Paulo Barreto), Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Graça Aranha, Cândido de Campos, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Cecília Meireles – para apenas referir aqueles que lhe eram mais próximos – o seu intuito não era fazer crítica literária mas, antes, falar sobre o Brasil documentando-se nos textos desses autores.²⁷ Desse conhecimento advém o convite para, em 1922, fazer parte da missão intelectual, que acompanhou ao Brasil, o Presidente da República Dr. António José de Almeida. Da sua quarta viagem, em 1936, resultaram *Palavras ao Brasil* e *Alma do Brasil*.

Nestas obras, João de Barros evoca o Brasil que vive as transformações da Revolução de 30 e, particularmente, as da Constituição de 1934, cujos objectivos patriótico e cultural são amplamente citados pelo pedagogo português que em *Palavras ao Brasil* (1936) se gratifica com tudo o que aprendeu na realidade brasileira e que aplicou durante os anos em que desempenhou o cargo de Director-Geral de ensino em Portugal.²⁸ Em *Alma do Brasil*, a nação de além-mar é novamente evocada, agora, pelo seu papel no combate ao analfabetismo. João de Barros cita Olavo Bilac como exemplo de um defensor do *ler, escrever e contar*, não apenas tomados na perspectiva do saber, mas na do processo de unificação nacional.²⁹

Acerca do *Congresso de Escritores Brasileiros* (Out./Nov. 1947) o poeta republicano afirmou: “a literatura e a arte são democracia em potencial (...) (daí a necessidade de(...) criar solidariedade e compreensão recíproca entre os homens que se reuniram para conhecer, apreciar e discutir maneiras de ver diferentes.”³⁰ Neste apelo à liberdade, à difusão da cultura, está também presente a ideia de que a “arte opera a união”³¹, a ideia de que a glória dos poetas deve pairar acima das fronteiras. Defensor do contacto entre as juventudes escolares dos dois países,³² João de Barros sustentou que *Os Lusíadas* deviam ser trazidos às escolas, ao convívio familiar, já que o conhecimento da epopeia camoniana “ensina

justiça, solidariedade, liberdade, paz e civismo.”³³ Além disso, “Camões que o Brasil tanto venera e honra, pertence-lhe tanto como a nós.”³⁴ Deste modo, João de Barros, lembrava oportuna e magistralmente o poeta brasileiro Augusto Frederico Schmidt “na estrada luso-brasileira, Camões é o caminhante eterno.”³⁵

O facto que, contudo, institucionalmente asseguraria o ensino, das disciplinas que levam ao conhecimento do Brasil foi a fundação da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trata-se de uma ideia para a qual contribuíram significativamente Queirós Veloso, Director da Faculdade de Letras de Lisboa, e Alberto de Oliveira, cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro. Proposta pelo Conselho Escolar da Faculdade de Letras de Lisboa, a cadeira abrangia o estudo da Literatura, História, Geografia e outras áreas do conhecimento relacionadas com a nação brasileira. Esta ideia conquistou imediatamente João de Barros, sendo o seu apoio decisivo, quer inicialmente, ao promover a divulgação da proposta, no primeiro exemplar da *Atlântida*, quer posteriormente, ao relatar o Projecto de Lei³⁶ na Câmara dos Deputados, cuja oportunidade foi demonstrada pela unanimidade da votação que obteve.

O acto legislativo da criação da cadeira não viria, todavia, a revelar-se suficiente pois, apesar de orçamentalmente dotada, não abriu de facto. Para esta situação concorreram primordialmente dois aspectos. Por um lado, o facto de a cadeira não estar, então, integrada no plano regular de estudos da Faculdade, nem se prever que pudesse vir a estar. Por outro, a circunstância de, na época, se pensar que só um brasileiro estava apto a leccioná-la. Este pressuposto levou a um convite à Academia Brasileira de Letras para que designasse um nome. O indigitado foi o sociólogo Miguel Calmon que, impedido pela guerra, não pôde vir. Seguiram-se inúmeras propostas de regência, nas quais se destaca novamente o esforço de João de Barros no sentido do cumprimento legal. Com esse intuito, lembrou os nomes de Graça Aranha e Manuel de Sousa Pinto, seu colega de Coimbra e seu co-director na revista *Arte e Vida*. Seria, no entanto, o insigne historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima quem, ao aceitar o convite que lhe fora dirigido para proferir uma série de conferências, abriu de facto a cadeira. Foi, contudo, com Manuel de Sousa Pinto, que a cadeira passou a ser assegurada regularmente; o autor de *Sentido do Atlântico* via assim duplamente coroados os seus esforços.

Mais de meio século de luta pela causa de aproximação luso-brasileira, aqui brevemente lembrada, marcou de forma singular o percurso de João de Barros. Uma vida prospectiva onde, numa comunhão inefável, os ideais abraçam as possibilidades humanas. João de Barros, cidadão

ubíquo de profusa actividade literária, profissional e cívica foi educador,³⁷ ministro da República, escritor doutrinário, jornalista e sempre poeta; acreditava que a poesia existe “sempre e em tudo.”³⁸ Talvez por isso, numa conjuntura de persistente pessimismo, o autor de *O Pomar dos Sonhos* tenha cantado a vida e a esperança na fraternidade luso-brasileira, pois considerava que “desde os meados de Quinhentos até ao primeiro quartel do século passado, o facto mais importante da história de Portugal foi o Brasil.”³⁹ Defendia que as amizades “raramente se alicerçam em identidades de sentir e de pensar. Nascem quase sempre da consciência plena das divergências, das semelhanças (...) a mútua compreensão é que as torna sólidas e perduráveis.”⁴⁰

Sonhou uma amizade com o Brasil, um acordo de alma que só os poetas, no crepúsculo das distâncias, sabem celebrar. Não viu realizados todos os seus sonhos porque o Tempo dos poetas está além do tempo que na vida lhes é destinado. O importante? Sempre que *As ideias vencem*. Não podia o poeta ter melhor título e assunto para o seu derradeiro trabalho.

Fontes

OBRAS DE JOÃO DE BARROS

- *A energia brasileira*. Porto: Liv. Chardron de Lelo e Irmão, 1913.
- *Oração à Pátria*. Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand, 1917.
- *Caminho da Atlântida*. Lisboa: Atlântida, 1919.
- *Sentido do Atlântico*. Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand, 1921.
- *Heróis portugueses no Brasil*. Lisboa: Aillaud e Lelo, 1922.
- *Portugal, terra do Atlântico*. Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand, 1923.
- *Palavras ao Brasil*. Rio de Janeiro: *A Noite*, 1936.
- *Alma do Brasil*. Rio de Janeiro: *A Noite*, 1937.
- *Vida vitoriosa*. Lisboa: Liv. Bertrand, 1943.
- *Presença do Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil, 1946.
- *Hoje, ontem, amanhã*. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1950.
- *Adeus ao Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

Publicações Periódicas

BARROS, João e BARRETO, Paulo. *Atlântida*, nºs 1-48. Lisboa: Atlântida, 1915-1920

Bibliografia

- ARAÚJO, Alberto Filipe. *O “Homem Novo” no discurso pedagógico de João de Barros*. Braga: UM-IEP/CEEP, 1997.
- AZEVEDO, Manuela (coord.). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
- FERNANDES, Rogério. *João de Barros - Educador Republicano*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.
- NEMÉSIO, Vitorino. Conferência de homenagem a João de Barros, in *Homenagem a Dr. João de Barros e ao Visconde da Marinha Grande*. Figueira da Foz: C. M. Figueira da Foz, 1970.
- PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*, 6ª ed., S. Paulo: Ed. Ática, 1996.
- REIS, Maria Alice (coord.). *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*. Lisboa: Terra Livre, 1979.

Notas

* Artigo baseado na comunicação apresentada no III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, FPCE, Universidade de Coimbra, Fevereiro de 2000.

- ¹ Actualmente designada Rua José da Silva Fonseca (em homenagem àquele que foi presidente da Câmara Municipal da Figueira e da Junta Autónoma do Porto e Barra).
- ² BARROS, João de. *Oração à Pátria*. Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand, 1917, p.23.
- ³ Como singelamente afirma num dos seus versos: *quero o mar, que me liberta. Sentido do Atlântico*. Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand, 1921, p.179.
- ⁴ Expressão de João de Barros por este amplamente utilizada. Título da sua quarta obra de uma “Campanha luso-brasileira”. Igualmente título de um dos capítulos de *Presença do Brasil*. Em *Hoje, ontem, amanhã*, o autor vangloria-se de ter inventado esta expressão, de sentido comum a Portugal e ao Brasil e que viria a correr mundo, numa época em que as relações luso-brasileiras encontravam ainda diversos obstáculos (p.208). “Uma Campanha luso-brasileira” é a designação de João de Barros para a série de obras que publicou sobre o Brasil e a aproximação luso-brasileira. Incluiu nesse conjunto: *A energia brasileira* (1913), *Caminho da Atlântida* (1919), *A aproximação luso-brasileira e a paz* (1919), *Sentido do Atlântico* (1921), *Heróis portugueses no Brasil* (1922), *Portugal, terra do Atlântico* (1923), *Euclides da Cunha e Olavo Bilac* (1923), *Palavras ao Brasil* (1936), *Alma do Brasil* (1937) e *Presença do Brasil* (1946).
- ⁵ Cf. BARROS, João de. *Hoje, ontem e amanhã*. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1950, p.207 e *Sentido do Atlântico*, p. 193.
- ⁶ Todavia, esse acordo morreu com o seu autor e, desde então, nada se fizera em prol das relações luso-brasileiras. Cf. BARROS, João de. *Presença do Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil, 1946, p.134, e, ainda sobre este assunto, *Revista Atlântida*, ano I, n.º 1, 1915, p. 62.
- ⁷ Acerca dos motivos que terão suscitado o interesse de João de Barros pelo Brasil vejamos, por exemplo, as suas obras *A energia brasileira*, p. 17 e *Palavras ao Brasil*, p. 93.
- ⁸ O seu vastíssimo espólio epistolar, pelos temas abordados e pela qualidade daqueles que os subscrevem, constitui um conjunto de documentos que, se não fazem História, a trazem à memória. Este acervo ganha particular acuidade no contexto da Primeira República, em que o “educador republicano”, na expressão do Prof. Rogério Fernandes, reclama um Portugal Novo para o Homem Novo; num período de luta contra uma

educação de “ideias inertes” onde os horizontes do futuro se reduziam à mera continuação do passado.

⁹ Em questões educacionais a República brasileira não herdara do Império um sistema articulado. Para se ingressar no secundário não era necessária a conclusão do primário e identicamente o ingresso no superior não supunha a conclusão do secundário. Com a Revolução de 30, a educação brasileira passou a ter uma nova organização. Para tal contribuiu a criação do Ministério da Educação; o facto de a Constituição de 16 de Julho de 1934 incluir um capítulo dedicado à Educação; a circunstância de, a partir de 1934, o Governo Federal passar a ter, a nível educativo, uma função global de planificação e normativa nacional para todos os níveis e ainda um papel de assistência e de controlo. O contributo do *Manifesto dos Pioneiros* em 1932 merece igualmente destaque, bem como a reformulação dos objectivos do ensino secundário e a sua divisão em ciclos. É também de 1931 a promulgação dos Estatutos das Universidades Brasileiras e de 1934 a fundação da Universidade de S. Paulo.

¹⁰ Cf. Ribeiro Couto citando João de Barros in *Presença do Brasil*, p. XXI-XXII.

¹¹ Idem, p. XXVI.

¹² Quando João de Barros iniciou a sua campanha, em Portugal não existia informação concreta sobre o Brasil, mesmo nas classes cultas. As raras ideias eram geralmente falsas e, não raro, caricaturais. O brasileiro, por exemplo, era, por vezes, caricaturado no minhoto, que quando enriquecido voltava à terra natal, de panamá na cabeça e relógio com corrente sobre calças brancas. Por outro lado, havia uma certa imagem de um *mi-dá-licença*, de um *cadê tempo* brasileiros, associada a uma indolência e inércia, que em nada correspondia à realidade encontrada por João de Barros. Este insurgiu-se igualmente contra a ideia, formada a partir de uma leitura imprecisa de Ferreira de Castro, de que o Brasil era o inferno para os emigrantes portugueses (Ferreira de Castro tinha tido simplesmente o objectivo de protestar contra a situação do trabalhador analfabeto e mal informado que era explorado pelos agentes de emigração, no seu próprio país).

¹³ *Sentido do Atlântico*, p. 71.

¹⁴ Situação análoga ocorreu com o escritor brasileiro Paulo Barreto, cujo nacionalismo lhe impunha uma veneração por Portugal.

¹⁵ História, segundo a qual se considerava que no Brasil a obtenção do dinheiro era de tal modo fácil, que este, as famosas patacas, era como se caíssem das árvores.

¹⁶ BARROS, João de. *A energia brasileira*. Porto: Liv. Chardron de Lelo e Irmão, 1913, p.18.

¹⁷ Cf. Dados constantes do problema luso-brasileiro, in *Presença do Brasil*, p.148.

¹⁸ Olavo Bilac citado por João de Barros, in *Presença do Brasil*, p.148.

¹⁹ BARROS, João de. *Adeus ao Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p.20.

²⁰ Idem, p.201.

²¹ *A energia brasileira*, p. 35.

²² Cf. *Caminho da Atlântida*. Lisboa: *Atlântida*, 1919, p. 12-13.

²³ *Presença do Brasil*, p.64.

²⁴ S. Paulo situa-se numa região rica e fértil onde, apesar disso, a maioria da população é pobre, com uma forte componente emigratória sobretudo italiana, daí a necessidade acrescida de um ensino de carácter profissional.

²⁵ Cf. *Educação e Democracia*, in *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*. Lisboa: Terra Livre, 1979, p. 36.

²⁶ Literaturas Fraternas, in *Presença do Brasil*, p.123.

²⁷ Cf. AZEVEDO, Manuela (coor.). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

²⁸ Cf. *Palavras ao Brasil*. Rio de Janeiro: *A Noite*, p. 103.

²⁹ Cf. *Alma do Brasil*. Rio de Janeiro: *A Noite*, 1937, p. 190.

³⁰ *Adeus ao Brasil*, p.59.

³¹ *Idem*, p.104.

³² *Idem*, p.97.

³³ *Idem*, p.50.

³⁴ *Idem*, p.97.

³⁵ *Idem*, p.49.

³⁶ Projecto apresentado pelo ministro da Instrução Pública Ferreira de Simas, em 1915, do qual João de Barros foi relator na Câmara de Deputados. Conseguiu o difícil apoio não apenas de todos os leaders da Câmara - Afonso Costa, como Presidente do Conselho; Simas Machado, pelo Partido Evolucionista e Brito Camacho, pelo partido União Republicana - como também de Jaime Cortesão em representação de diversos artistas e escritores.

³⁷ João de Barros destacou-se no ensino primário e no secundário tendo, em ambos, ocupado o cargo de Director-Geral. Conviveu com pedagogos ilustres de ideologias diversas. É o caso de professores do ensino liceal como Lopes de Oliveira e José Saraiva, com intelectuais de formação científica e filosófica como António Sérgio e Faria de Vasconcelos e ainda com pedagogos da Escola Normal Primária de Lisboa como Adolfo Lima, Emílio Costa ou João da Silva Correia.

³⁸ Ribeiro Couto citando J. Barros in *Presença do Brasil*, p. XVIII. Este aspecto poderá ter condicionado a sua afirmação nas Ciências da Educação. Em todo o caso, nas obras que dedicou aos problemas educacionais, veja-se por exemplo *A educação republicana*, revela-se um educador nato ao defender a educação popular e ao combater a pedagogia convencional.

³⁹ *Adeus ao Brasil*, p.150.

⁴⁰ *Idem*, p.205.